



**APEPREV**

Revista Digital Institucional  
VOLUME 03/2025 - Fevereiro



# APE PREV

**Mais conteúdo  
previdenciário para você!**



# SUMÁRIO

Página 03	Ações da APEPREV em 2024
Página 05	A Secretaria de Regime Próprio e Complementar e as Políticas para os RPPS - <b>Paulo Roberto dos Santos Pinto</b>
Página 13	O olhar feminino no mercado de investimentos dos RPPS <b>Patrícia Rocha (Diviprev)</b>
Página 14	Gestor de recursos: o empreendedor fracassado? <b>Rafael Castro (NavegantesPrev)</b>
Página 15	RPPS de Medianeira alcança certificação Pró-Gestão - Nível I <b>IPREMED</b>
Página 16	PREVISCAM de Campo Mourão conquista Certificação Pró-Gestão <b>PREVISCAM</b>
Página 17	RPPS de Pirpirituba, na Paraíba, em destaque no cenário nacional <b>Manoel Gonçalves Neto (IPMP)</b>
Página 20	Qualquer doença autoriza a isenção do Imposto de Renda? <b>Bruno Martins</b>
Página 21	Inteligência Artificial Transforma Setores e Desafia Regulamentações: Avanços e Riscos - <b>Mário Soria (INSS) e Israel Zebulon (INSS)</b>
Página 23	Qual a importância de uma consultoria de investimentos para o RPPS <b>Joane Weinert (Investimentos RPPS)</b>
Página 26	O papel da tecnologia na qualidade de vida dos servidores públicos <b>Marcelo Rosa (MWP Gestão Pública)</b>
Página 27	Déficit Financeiro e Atuarial nos RPPS: Caminhos para o Equilíbrio <b>Samanta Zaniquelli (Crédito e Mercado)</b>
Página 28	Perspectivas de Investimentos <b>Cristiano Picollo (Bradesco)</b>
Página 29	5 passos para encontrar a sua consultoria <b>Gustavo Leite (LEMA)</b>
Página 30	Cenário Econômico: Nacional e Internacional <b>Vinci Compass</b>
Página 31	2025 tende a ser um de juros elevados e crescimento moderado <b>Marianna Costa (Mirae Asset)</b>

## EXPEDIENTE

REVISTA INSTITUCIONAL APEPREV MAIS (+)  
VOLUME 03/2025 - Fevereiro (Publicação Bimestral)

Produzido por APEPREV

Projeto gráfico e diagramação: Joane Reddin

Corpo Editorial: Márcio Apolinário e Joane Reddin

Apoio Institucional: Faculdade Anasps

Publicado e Distribuído Digitalmente por APEPREV  
Av. Cândido de Abreu, 660 - Sala 407 | Curitiba-PR  
Contato: (41) 98791-4672 - apeprev@apeprev.com.br

Os conteúdos publicados passam por curadoria editorial para garantir qualidade e relevância ao setor previdenciário. As opiniões expressas são de responsabilidade exclusiva de seus autores e não representam, necessariamente, o posicionamento institucional da APEPREV.



## AÇÕES DA APEPREV EM 2024

### CURSOS

- Certificação para RPPS
- Averbacões, Desaverbações e Certidão de Tempo de Contribuição na Visão do Tribunal de Contas
- Imersão COMPREV e BG COMPREV
- Estratégia de Investimentos e a Visão do TCE/PR
- Sistematização do COMPREV e CTC na Visão do Tribunal de Contas

### WORKSHOPS

- Nova Lei de Licitações
- E-Social para RPPS
- Credenciamento
- Benefícios Previdenciários, Aposentadoria Especial e dos não Concursados

### EVENTOS

- Congresso Previdenciário da APEPREV
- Seminário Internacional de Previdência
- RPPS: O que fazer?

**2.933** INSCRITOS EM CURSOS NO ANO DE 2024

### PARTICIPANTES NOS CONGRESSOS

18°

799

19°

836

20°

901

21°

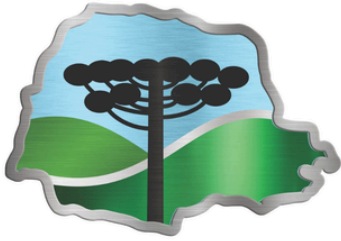
1077

22°

1304



Galaxy S23 Ultra



**APEPREV**



# Filiação 2025

## VANTAGENS FILIAÇÃO APEPREV

- Desconto em cursos e eventos.
- Assessoria jurídica especializada.
- Acesso a grupos exclusivos.
- Acesso às ferramentas do COMPREV.
- Prêmio Gestão Previdenciária.

**#JUNTOS  
SOMOSMAIS  
FORTES**



Mais informações  
acesse pelo QRCode

# A Secretaria de Regime Próprio e Complementar e as Políticas para os RPPS

*Por Paulo Roberto dos Santos Pinto*

**Entre os primeiros atos do governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva esteve a recriação, por meio da Medida Provisória nº 1.154, de 1º de janeiro de 2023, convertida na Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023, do Ministério da Previdência Social, cujas áreas de competência abrangem a previdência social e a previdência complementar.**

No desenho da estrutura regimental definida pelo Decreto nº 11.356, de 1º de janeiro de 2023, foi criada a Secretaria de Regime Próprio e Complementar (SRPC), que tem entre suas atribuições assistir o Ministro da Previdência Social na definição e no acompanhamento das políticas de previdência atinentes aos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) e ao Regime de Previdência Complementar (RPC).

Convidado pelo Ministro Carlos Lupi para ser o primeiro titular dessa nova Secretaria, e sob a sua orientação direta, tenho trabalhado intensamente, com o apoio das equipes do Departamento dos Regimes Próprios de Previdência Social e do Departamento do Regime de Previdência Complementar, para desenvolver e aperfeiçoar as políticas relacionadas a esses dois importantes regimes que compõem o sistema de previdência social brasileiro, os quais guardam entre si muitas similaridades, mas também muitas diferenças.

No campo dos RPPS a Secretaria tem um papel de grande relevância, uma vez que é a responsável pela operacionalização das competências definidas no art. 9º da Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998, entre as quais se encontram a orientação, supervisão, fiscalização e acompanhamento, o estabelecimento e publicação de parâmetros, diretrizes e critérios relacionados a sua organização e funcionamento e a verificação dos requisitos exigidos para emissão do Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP).

O desempenho de tais atribuições exige um esforço diário, que se dá por meio do relacionamento direto com os dirigentes dos RPPS e os representantes dos entes federativos, com a atuação perante o Conselho Nacional dos Regimes Próprios de Previdência Social (CNRPPS) e o Conselho Nacional dos Dirigentes de Regimes Próprios de Previdência Social (CONAPREV) e com as parcerias estabelecidas com

as associações nacionais e estaduais dos RPPS. Entre as realizações alcançadas nesses dois primeiros anos de gestão, é possível mencionar a publicação da Portaria MPS nº 1.400, de 27 de maio de 2024, que consolidou a normatização dos parâmetros e diretrizes de operacionalização da compensação previdenciária entre o Regime Geral de Previdência Social e os RPPS, e destes entre si, trazendo maior clareza e segurança jurídica para esse importante instrumento de compartilhamento das obrigações decorrentes da contagem recíproca de tempo de contribuição entre os regimes previdenciários.

Ainda no campo da compensação previdenciária, também chamada de COMPREV, quando assumimos a SRPC encontramos um montante nacional de aproximadamente 470 mil requerimentos aguardando análise por técnicos do INSS, bem como um volume mensal de novos requerimentos de compensação superior a capacidade operacional do INSS até então existente.

De forma inédita, fizemos a implementação gradual do processamento automático dos requerimentos, que permite reduzir custos de pessoal e agilizar as análises e a liberação dos valores envolvidos.



**Paulo Roberto dos Santos**  
Secretário do Regime Próprio e  
Complementar



Vale destacar que no processamento automático que ocorreu em outubro de 2024 foram deferidos processos de mais de 1.300 entes federativos com RPPS, ou seja, aproximadamente 60% deles, sendo que diversos desses entes tiveram processos deferidos de compensação previdenciária pela primeira vez.

Os valores gerados pelos requerimentos deferidos em outubro de 2024 foram creditados nas respectivas contas correntes dos RPPS, com CND vigente no mês de deferimento (outubro), no quinto dia útil de dezembro. Diante dos resultados positivos, a forma automatizada de análise da compensação foi incorporada definitivamente nas normas gerais expedidas pelo Ministério da Previdência (Portaria MPS nº 1.400/24) e no sistema COMPREV, podendo ocorrer de forma frequente, tanto para o deferimento quanto para indicativo de exigência.

Outro tema importante, que vale mencionar é que em julho de 2024, foi implantado o controle da exigência de certificação, formação e experiência dos dirigentes e conselheiros dos RPPS, que representa um importante passo na maior profissionalização do segmento.

Nesse mesmo sentido, o Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos RPPS (Pró-Gestão RPPS) foi recentemente aperfeiçoado, com a instituição de um Nível de Acesso, mais simplificado, que buscará incentivar os entes federativos a se preparem para os níveis com maior exigência de controles, transparência e profissionalização.

Como sinal da relevância conferida a esses instrumentos de governança, o objeto específico “Fortalecer a Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social”, inserido no Programa “Previdência Social: Promoção, Garantia de Direitos e Cidadania” do Plano Plurianual (PPA) 2024-2027, aprovado pela Lei nº 14.802, de 10 de janeiro de 2024, tem como metas a ampliação do número de dirigentes com certificação profissional e do número de RPPS com certificação institucional, além da ampliação do percentual de RPPS com classificação A ou B no Índice de Situação Previdenciária - ISP-RPPS.

Após debates nas reuniões do CONAPREV e deliberações do CNRPPS, foi publicada portaria que inclui na Portaria MTP nº 1.467, de 02 de junho de 2022, para dispor sobre a possibilidade de o uso da premissa de reposição dos segurados impactar no resultado atuarial do RPPS e no plano de custeio proposto na Avaliação Atuarial.

Com isso, os entes federativos poderão incorporar no dimensionamento do equacionamento de déficit atuarial, os impactos do planejamento dos futuros ingressos de servidores, alinhando a gestão atuarial do regime próprio dos seus servidores com as políticas de gestão de pessoal. Foram diversas as alterações promovidas na norma, objetivando o atendimento dos princípios da segurança e prudência na utilização da premissa de reposição dos segurados.

Por fim, destaco que o plano de ação para conformidade no envio de dados pelos entes federativos ao Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial), planejado e executado por esta Secretaria junto com a Secretaria da Receita Federal, tem alcançado excelentes resultados e contribuirá para o desenvolvimento de um cadastro nacional dos servidores públicos, que trará importantes ganhos na execução de diversas políticas públicas.

Esse é um breve panorama das principais medidas que a Secretaria de Regime Próprio e Complementar desenvolveu ao longo dos últimos dois anos, sob a orientação e condução do Ministro Carlos Lupi, buscando o fortalecimento contínuo dos RPPS.



# RPPS 2025

025  
LOSSO  
O QUE FAZER?





Alexandre Barreto Lisboa - Diretor Geral da FA



# ESTUDE NA FACULDADE ANASPS

*Confira os nossos cursos EaD*

Invista no seu desenvolvimento profissional conosco e destaque-se no mercado de trabalho.

**Associados  
APEPREV têm  
descontos  
especiais, confira!**

# Diferenciais

Descubra as inúmeras vantagens de estudar na Faculdade Anasps

## 1 AULAS AO VIVO

Gravação disponível no AVA em até 24h

## 2 BIBLIOTECA VIRTUAL

Mais de 15 mil e-books a sua disposição

## 3 CLUBE ANASPS

Descontos em mais de 3 mil estabelecimentos

## 4 MATERIAL AUTORAL

Elaborado por nossos docentes

## 5 PROFESSORES MESTRES E DOUTORES

Estude com profissionais conceituados

# Graduação em Gestão Pública

O curso alia conhecimentos de administração, tecnologias, técnicas e estratégias adequadas para o bom funcionamento das instituições governamentais, visando promover a eficiência, transparência e eficácia na gestão de recursos públicos.

Forma profissionais que atuam em órgãos públicos ou empresas que desejam aprimorar suas habilidades na área, sendo ideal para:

- Pessoas em busca de uma nova carreira com boas perspectivas de emprego.
- Interessados em construir habilidades para atuar em diversas áreas do setor público dos três poderes, além de autarquias, agências reguladoras, empresas públicas, sociedade de economia mista, agências de desenvolvimento, fundações públicas, consórcios públicos, entre outros, ou mesmo na iniciativa privada e/ou do terceiro setor.



**CARGA HORÁRIA**  
1.700 horas



**DURAÇÃO**  
4 semestres  
(2 anos)



**INÍCIO DAS AULAS**  
Imediato



**INVESTIMENTO**  
Consulte-nos

**5** Nota máxima no MEC

Matrículas podem ser feitas até 22 de agosto



Thais Arnoni - Coordenadora de Ensino

## ACORDOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA INTERNACIONAIS



**U. PORTO**

UNIVERSIDAD  
**ISALUD**



**UNICUSANO**  
Università telematica delle Scienze Umane  
NICCOLÒ CUSANO

## Pós - graduação em Regimes Próprios de Previdência Social e em Previdência Complementar do Serviço Público

Essencial para profissionais que desejam se destacar na gestão previdenciária. Nesse curso, o aluno aprofundará os conhecimentos em aspectos éticos, governança, finanças e contabilidade específica para regimes próprios e de previdência complementar.

Além disso, a pós explora a aplicação das Ciências Atuariais e as estratégias de investimento no contexto previdenciário.



**CARGA HORÁRIA**  
360 horas



**DURAÇÃO**  
10 meses



**INÍCIO DAS AULAS**  
2º semestre de 2024



**INVESTIMENTO**  
R\$ 3.000 (em até 18x)

## Pós - graduação ESG (Environmental, Social and Governance)

Nesta especialização o aluno terá a oportunidade de aprofundar seus conhecimentos e habilidades para integrar práticas sustentáveis e éticas nas estratégias corporativas. Este curso abrange três pilares essenciais:

Ambiental: Social: e Governança Corporativa.

O curso é especialmente indicado para gestores, executivos, empreendedores, analistas, consultores, profissionais de recursos humanos, de compliance e riscos. Em resumo, a pós-graduação é ideal para quem deseja liderar transformações positivas nas organizações, contribuir para um futuro mais sustentável e estar preparado para os desafios do mercado atual.



**CARGA HORÁRIA**  
360 horas



**DURAÇÃO**  
10 meses



**INÍCIO DAS AULAS**  
2º semestre de 2024



**INVESTIMENTO**  
R\$ 6.000

## Internacionais\*

### Dupla titulação Compliance

O curso é uma ótima oportunidade para você que deseja conhecimento e titulação internacional. Com apenas 50h de duração, basta se especializar em uma das pós-graduações da FA para estar apto à dupla titulação em compliance. Aborda práticas e regulamentações para garantir a conformidade empresarial, ensinando sobre leis, políticas internas, ética corporativa e prevenção de fraudes e corrupção. Capacita o aluno a identificar e mitigar riscos, promovendo integridade e transparência nas organizações.

Indicado para profissionais de compliance e riscos, advogados, juristas, gestores, administradores, consultores, auditores, profissionais de ética corporativa e todos aqueles que desejam aprimorar suas habilidades na área de conformidade empresarial.



**CARGA HORÁRIA**  
50 horas



**DURAÇÃO**  
1 mês



**INÍCIO DAS AULAS**  
Junho de 2025



**INVESTIMENTO**  
R\$ 9.000



**CARGA HORÁRIA**  
380 horas



**DURAÇÃO**  
10 meses



**INÍCIO DAS AULAS**  
2º semestre de 2024



**INVESTIMENTO**  
R\$ 5.000



Os cursos da Faculdade Anasps são gratuitos para associados da Anasps



Aponte sua câmera para o QR code e matricule-se!



(61) 3321-1277



faculdadeanasps.com.br



@faculdadeanasps



# Pós - graduações

- ✓ Gestão Pública
- ✓ Gestão da Informação
- ✓ Direito e Processo Previdenciário
- ✓ Compliance (dupla titulação)
- ✓ Gestão da Seguridade Social
- ✓ ESG (Environmental, Social and Governance) Ambiental, Social e Governança.
- ✓ Regimes Próprios de Previdência Social e em Previdência Complementar do Servidor Público.

## Pós - graduação em Gestão Pública

Essa especialização é uma jornada de aprimoramento para profissionais que desejam atuar com excelência no setor público. Nesse curso, o aluno mergulhará em abordagens inovadoras, como intersetorialidade e governança, enquanto desenvolve habilidades práticas para enfrentar desafios reais da administração pública. Ideal para atuais e futuros servidores públicos, o curso também se destaca por proporcionar uma rede de networking inestimável, conectando você a profissionais renomados do setor público.



**CARGA HORÁRIA**  
360 horas



**DURAÇÃO**  
10 meses



**INÍCIO DAS AULAS**  
19 de agosto de 2024



**INVESTIMENTO**  
Até 18x de R\$ 166,67

## Pós - graduação em Direito e Processo Previdenciário

Voltada para advogados, contadores, servidores públicos e outros profissionais que desejam se destacar no complexo campo do direito previdenciário, essa especialização perpassa pelos princípios fundamentais e legislação aplicável ao Direito Previdenciário, desencadeando na execução do processo previdenciário em si.



**CARGA HORÁRIA**  
360 horas



**DURAÇÃO**  
10 meses



**INÍCIO DAS AULAS**  
2º semestre de 2024



**INVESTIMENTO**  
R\$ 3.000



**CARGA HORÁRIA**  
360 horas



**DURAÇÃO**  
10 meses



**INÍCIO DAS AULAS**  
Início imediato



**INVESTIMENTO**  
18x de R\$ 166,67

Com estudos de casos e uma abordagem prática, orientada por profissionais que atuam na seara previdenciária, o aluno estará preparado para lidar com as demandas relacionadas à seguridade social.



# CALENDÁRIO 2025

10 A 12 - FEV	<b>RPPS 2025: O QUE FAZER?</b>	CURITIBA
10 A 12 - MAR	<b>COMPREV, AVERBAÇÃO, CTC</b>	FOZ DO IGUAÇU
17 E 18 - MAR	<b>CERTIFICAÇÃO</b>	CURITIBA
24 E 25 - MAR	<b>CERTIFICAÇÃO</b>	FOZ DO IGUAÇU
26 A 28 - MAR	<b>CADPREV</b>	CURITIBA
14 A 16 - ABR	<b>CERTIFICAÇÃO</b>	MARINGÁ
08 E 09 - ABR	<b>RESPONSABILIDADE CONSELHEIROS NA VISÃO DO TCE</b>	CURITIBA
12 A 14 - MAI	<b>IMERSÃO COMPREV</b>	CURITIBA
14 A 16 - MAI	<b>APOSENTADORIA ESPECIAL</b>	FOZ DO IGUAÇU
21 A 23 - MAI	<b>LICITAÇÕES E CONTRATOS</b>	FOZ DO IGUAÇU
29 E 30 - MAI	<b>CONTABILIDADE</b>	CURITIBA
09 A 11 - JUN	<b>IMERSÃO COMPREV</b>	CURITIBA
11 A 13 - AGO	<b>IMERSÃO COMPREV</b>	CURITIBA
10 A 12 - SET	<b>23º CONGRESSO PREVIDENCIÁRIO E 2º SEMINÁRIO INTERNACIONAL</b>	FOZ DO IGUAÇU
06 A 08 - OUT	<b>AVERBAÇÃO E CTC</b>	CURITIBA
05 A 07 - NOV	<b>IMERSÃO COMPREV</b>	FOZ DO IGUAÇU

*Programação prévia, pode sofrer alteração.*

# O olhar feminino no mercado de investimentos dos RPPS

Por Patrícia Rocha

**A gestão dos investimentos nos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) é uma função estratégica crucial, pois envolve a administração de recursos que garantirão a aposentadoria e pensões de servidores públicos ao longo das décadas.**

Tradicionalmente, a gestão de investimentos tem sido dominada por homens, com poucas mulheres ocupando cargos de liderança. Contudo, nos últimos anos, tem-se observado uma crescente presença feminina em áreas financeiras, incluindo a gestão de investimentos dos RPPS. Essa mudança de cenário reflete uma transformação social e profissional, em que as mulheres estão participando mais ativamente e assumindo papéis de liderança.

Sou Patrícia Rocha do Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Divinópolis/MG. Uma autarquia municipal com 24 anos e 5.168 segurados, sendo 1.962 aposentados e pensionistas e 3.206 servidores ativos. O Diviprev tem seu quadro próprio, composto por 16 servidores. Minha história no Diviprev começou em 2010 quando tomei posse no concurso como agente administrativo no setor contábil, em 2017 fui convidada para assumir a gestão dos recursos do Instituto. Foi um momento bem desafiador, percebi que precisava de uma melhor qualificação para gerir uma carteira que na época já ultrapassava R\$ 350.000.000,00.

Como a gente ouve muito no mercado financeiro: “é nos momentos de crises que aparecem as melhores oportunidades”. Precisei buscar qualificação, fiz CPA10, CPA20, comecei a participar ativamente de cursos e congressos e fui a campo conhecer outros gestores e os melhores prestadores de serviços. Quando assumi a parte de investimentos havia alguns pontos a serem mudados, mas com muito trabalho e dedicação buscamos por soluções para mudar diversos cenários. Falta de controles, insegurança e desatualização, por exemplo, deram lugar a qualificação, transparência na gestão, autonomia e diálogo com os segurados.

Foi diante desse olhar que nós começamos a mudar a gestão dos investimentos dentro do Diviprev. Diversificação e otimização da carteira, mudanças nos processos, estas e outras alterações trouxeram ao instituto vários resultados como: premiações, Pró-Gestão, equipe certificada e servidores mais engajados. Entendo que meu papel diante deste cenário no mundo financeiro é trazer uma visão ampla e integrada que contribuem muito para uma política de Investimentos bem definida, levando em consideração as peculiaridades do seu RPPS, diante do seu perfil atuarial e as necessidades futuras de liquidez.

Essa visão traduz vários olhares capazes de contribuir na gestão dos recursos: Olhar multifacetado com gestão ativa, olhar analítico na seleção de investimentos, olhar flexível na adaptação de mudanças, olhar multifocal com habilidade de gerenciar múltiplas responsabilidades e olhar imparcial na tomada de decisões. O olhar feminino no mercado de investimentos não só está se tornando mais presente, mas também está trazendo mudanças significativas na forma como os investimentos são feitos. Com uma abordagem mais estratégica, cuidadosa e socialmente responsável, as mulheres têm um impacto importante no setor financeiro. À medida que o mercado se torna mais inclusivo, o papel das mulheres será cada vez mais relevante para moldar o futuro.



# Gestor de recursos: o empreendedor fracassado?

Por Rafael Castro

**Muito se fala sobre a atuação do Gestor de Recursos e seu principal objetivo dentro de um RPPS: alcançar a meta atuarial. A finalidade maior de um Gestor não é outra senão a de garantir os recursos atuarialmente de sua previdência. Mas afinal, a intenção é de somente chegar até a meta atuarial, ou de buscar ganhos maiores para rentabilizar mais a carteira de investimentos?**

Acredito que todos nós tivemos alguma experiência na iniciativa privada, e nesse interim, faço um breve comparativo com o mundo corporativo: o empreendedor abre seu negócio, luta durante anos para ter as contas sob controle, passa a prosperar e fazer seu negócio crescer. Abre-se uma filial, ou um novo leque de serviços de seu negócio, e parte para novos voos. O empreendedor vai buscar a segurança de manter suas contas em dia, mas também passa a buscar novos ganhos.

Quem acompanhou o podcast há alguns episódios, teve a oportunidade de conferir um CEO falando de um break-even point de 15 anos, e aí fica a pergunta se você conseguiria se manter resiliente em sua estratégia por tanto tempo para ter de volta tudo o que você investiu.

O Gestor de Recursos possui a tarefa inglória de ter de mostrar resultados apenas no calendário civil, algo que 10 entre 10 especialistas de mercado financeiro localizados nas diversas plataformas duvidosas sabem que não é o ideal. A gestão de recursos se dá ao longo do tempo, e não somente de janeiro à dezembro (ou não faria sentido algum investir em fundos com carência). Agora, fazer apenas aplicações no sentido de alcançar a meta atuarial no menor risco auferido no ALM é suficiente? Para que se tenha sucesso nisso, é preciso que todas as premissas se concretizem, então é bom acender uma vela para seu economista de confiança para que ele crave todos os palpites de um ano inteiro... se bem que não me recordo agora de nenhum economista chegar nem perto de uma Selic para o fim de 2024, então é bom confiar desconfiando!

Como ocorre em vários Entes, há risco de atraso no prefeito repassar os recursos ao RPPS, parcelar outras tantas parcelas, não observar as avaliações atuariais, fatos que apenas colaboram para que o Gestor de Recursos tenha dificuldades em manter uma estratégia de investimentos, e aí fica o dilema: tomar mais risco para compensar as intempéries ou procurar alcançar a meta deste ano e “o ano que vem a Deus pertence”? Não há uma resposta clara, pois há argumentos válidos para os dois lados.

Já se o gestor não vê estes riscos se tornarem uma realidade tão facilmente em seu Ente, você busca ser o que cumpre a cartilha do ano civil, ou busca tomar mais riscos como um empreendedor faria? Estamos preparados para assumir riscos, ou estamos preparados para justificar que somos avessos ao risco e que se não batermos meta é por culpa do mercado? Fica aqui a reflexão de como o Gestor de Recursos pode se comportar dentro de um RPPS: ou um empreendedor que busque um sucesso no longo prazo, mantendo a carteira resiliente às diversas variáveis que já temos de lidar no dia a dia, ou um empreendedor fracassado que murmure ao não conseguir seu principal objetivo de alcançar a meta atuarial.



**Rafael Castro**  
Técnico Administrativo Financeiro  
NavegantesPrev

# RPPS de Medianeira alcança certificação Pró-Gestão - Nível I

**O IPREMED, autarquia responsável pela previdência social dos servidores públicos municipais de Medianeira, foi aprovado em 23 dos 24 requisitos no programa Pró-Gestão, sendo necessários apenas 17 para alcançar a certificação.**



Equipe IPREMED

Hoje o Paraná possui 178 Regimes Próprios de Previdência no Paraná e o IPREMED figura agora entre os RPPSs com certificação ativa no Estado, de acordo com a lista dos entes com Pro-Gestão disponível no site do Ministério da Previdência Social.

A avaliação foi realizada na sede da autarquia, pelo auditor do Instituto Totum. Em seu relatório, o profissional atesta que o IPREMED atingiu 95,83% de 70% exigíveis nas dimensões e ações da certificação, mantendo os mais rígidos critérios de governança, por meio da qualificação permanente de seus servidores, transparência na sua gestão e da adoção de políticas sérias de segurança da informação e boas práticas junto a seus segurados.

O Pró-Gestão é um programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, tem validade de 03 anos, podendo ser renovada. É como uma ISO para os regimes próprios de previdência, cuja avaliação é muito criteriosa, onde os auditores independentes observam dimensões como Controles Internos, Governança Corporativa e Educação Previdenciária.



# PREVICAM de Campo Mourão conquista Certificação Pró-Gestão

**O RPPS do Município de Campo Mourão alcançou um marco significativo ao obter esta certificação. Resultado reflete o comprometimento da autarquia com práticas modernas de governança, controles internos e educação previdenciária, atendendo a rigorosos critérios de qualidade em várias áreas.**

A auditoria, conduzida pelo Instituto Totum, validou os processos adotados para garantir eficiência operacional, transparência e alinhamento às melhores práticas nacionais de gestão previdenciária como:

- **Certificação Profissional:** 100% dos conselheiros, membros do comitê e dirigentes da autarquia obtiveram certificação profissional. Essa qualificação fortalece a governança e a segurança na administração dos recursos previdenciários.
- **Modernização Interna:** A manualização dos processos sistematizou atividades nas áreas de benefícios, compensação previdenciária e arrecadação, trazendo maior controle aos procedimentos.
- **Educação Previdenciária:** cartilha digital, portal de serviços online e Plano de Ação de Capacitação reforçam compromisso com a atualização das informações e o atendimento eficiente aos beneficiários.

A transparência é um dos alicerces da gestão, consolidando seu compromisso com a ética, a publicidade de suas ações e o acesso à informação. Entre as principais iniciativas, destacam-se:

- **Portal:** Disponibiliza informações detalhadas sobre vários assuntos permitindo que segurados e munícipes acompanhem a aplicação dos recursos com clareza.
- **Limite de Alçadas:** Define competências e responsabilidades em decisões financeiras e administrativas, assegurando maior controle e segurança nos processos.
- **Código de Ética:** Documento que norteia a conduta ética e profissional dos servidores e de todas as partes que interagem com a autarquia, promovendo um ambiente institucional íntegro e responsável.

Essas ações, aliadas a audiências públicas e à divulgação de relatórios institucionais promovem confiança e credibilidade junto aos segurados e à sociedade. Algumas realizações contribuíram para a Certificação:

- **Fortalecimento do quadro técnico:** A realização de um concurso público em 2022, após mais de uma década, permitiu a contratação de novos servidores otimizando a segregação de funções.
- **Crescimento Patrimonial:** Entre 2017 e 2024, a PREVICAM registrou um crescimento patrimonial expressivo de 300%, alcançando um patrimônio líquido de R\$ 280 milhões.
- **Investimentos Qualificados:** A otimização da Política Anual de Investimentos incluiu a aquisição de Títulos Públicos e aplicações no exterior, alinhadas aos estudos de ALM (Asset Liability Management), garantindo equilíbrio entre ativos e passivos.

A certificação, válida até novembro de 2027, consolida a gestão como referência. Este marco foi alcançado graças ao empenho de toda a equipe que se dedica continuamente a aprimorar processos e garantir a sustentabilidade do regime, reafirmando o compromisso com a garantia de serviços públicos de qualidade e a proteção previdenciária.



Equipe PREVICAM

# RPPS de Pirpirituba, na Paraíba, em destaque no cenário nacional

Por Manoel Gonçalves Neto

**O Instituto de Previdência Municipal de Pirpirituba é a entidade responsável pela gestão do Regime Próprio de Previdência Social dos servidores efetivos estatutários do município. Criado em 10 de Janeiro de 2002, por meio da Lei Complementar nº 01/2002, o IPMP atravessou períodos turbulentos por falta de repasses, fator que quase culminou com sua extinção.**

Contudo, através de parcelamentos e regularização dos repasses a autarquia foi recuperando sua saúde financeira e hoje garante de forma superavitária pensões e aposentadorias de seus beneficiários.

Dentre os serviços oferecidos pelo IPMP estão o acolhimento aos aposentados e pensionistas; análise, concessão e revisão de aposentadorias e pensões, bem como o acompanhamento dos processos; gerenciamento da folha de pagamento junto a Secretaria de Finanças; cadastramento e atualização de dados cadastrais dos servidores vinculados ao mesmo. Atualmente o IPMP funciona na sede da Prefeitura.

Quando iniciou a atual gestão municipal, o Instituto de Previdência Municipal de Pirpirituba tinha em caixa R\$10.868.553,62. Foi determinação do Prefeito Denílson Freitas, através da Secretaria de Finanças, que fossem tomadas medidas para que aposentados e pensionistas não corressem riscos quanto aos seus benefícios.

Assim, além de continuar cumprindo com os parcelamentos existentes e repassando as obrigações previdenciárias mensais, o patrimônio de IPMP triplicou, e chegou a mais de R\$35.000.000,00 estando entre os maiores regimes de previdência do Estado em quesito de patrimônio.

Chegamos ao ano de 2024, perto de encerrar um ciclo de 8 anos a frente do IPMP, Instituto de Previdência Municipal de Pirpirituba-PB, ao longo dessa gestão fomos avaliados pelo TCE-PB, com o IGP (índice de gestão previdenciária), sempre estando entre os três mais bem avaliados RPPS de estado, o que nos engrandece como gestão, demonstrando nosso zelo e compromisso com o servidor público.

Nesse ano podemos dizer que conseguimos chegar bem mais longe, sendo primeiro colocado no prêmio de Governança Previdenciária e quarto no prêmio Destaque Brasil de Investimentos, promovidos pela ABIPEM, além disso temos CRP administrativo, o qual conseguimos emitir em todos os anos da nossa gestão. Também já estamos quase quadruplicando nosso patrimônio, onde no início da gestão era de R\$ 10.800.000 e hoje estamos beirando os R\$ 40 milhões.

A cada dia que passo fico mais realizado em poder fazer o melhor dentro da gestão de um RPPS.



**Manoel Gonçalves Neto**  
Presidente do IPMP



# RPPS 2025

O QUE FAZER?





A Organização Ibero-Americana de Seguridade Social (OISS) é um organismo internacional, de caráter técnico e especializado, que tem como finalidade promover o bem-estar econômico e social dos países ibero-americanos e de todos aqueles que estão vinculados pelos idiomas espanhol e português, por meio da coordenação, intercâmbio e aproveitamento de suas experiências mútuas em Seguridade Social e, em geral, no âmbito da proteção social.

A OISS tem seus primeiros antecedentes no I Congresso Ibero-Americano de Seguridade Social realizado em Barcelona em 1950, onde foi criada uma Secretaria de apoio a congressos futuros que recebeu o nome de Comissão Ibero-Americana de Seguridade Social. Contudo, foi no II Congresso Ibero-Americano de Seguridade Social realizado em Lima (Peru) em 1954, com a presença da maioria dos países da Região juntamente com representantes da OIT, OEA e AISS, que foi aprovada a “Carta Constitucional da OISS”. A partir dessa data, a Organização iniciou suas atividades com uma estrutura transitória e estatutos provisórios, que foram aprovados no III Congresso Ibero-Americano de Seguridade Social, realizado em Quito, Equador, em novembro de 1958; consolidando-se, desde então, como um Organismo Internacional, que tem evoluído ao longo do tempo para responder, em cada momento histórico, às necessidades existentes no âmbito da Seguridade Social e fornecer a mais estreita e eficaz colaboração às instituições que a integram.

## Objetivos OISS

- Promover a universalização da Seguridade Social.
- Colaborar no desenvolvimento e melhoria dos sistemas de Seguridade Social.
- Atuar como centro de informação e coordenação de experiências.
- Capacitar profissionais das Instituições de Seguridade Social.
- Fomentar o estudo, pesquisa e aperfeiçoamento dos sistemas de Seguridade Social.
- Facilitar o intercâmbio de experiências e acordos entre países membros.
- Propor assistência técnica e social entre os países membros.
- Apoiar programas de cooperação e desenvolvimento em proteção social.
- Manter relações e cooperação com outros organismos internacionais.
- Promover normas internacionais que favoreçam a coordenação dos sistemas de Seguridade Social.
- Organizar o Congresso Ibero-Americano de Seguridade Social.

# Qualquer doença autoriza a isenção do Imposto de Renda?

Por Bruno Martins

**A Lei federal n.º 7.713/88 estabelece que os proventos de aposentadoria e pensão por morte são isentos da cobrança de imposto de renda, quando cumpridos os pressupostos nela estabelecidos, trazendo em seu texto o seguinte regramento:**



**Bruno Sá Freire Martins**  
Consultor Jurídico Especialista  
em RPPS

Art. 6º Ficam isentos do imposto de renda os seguintes rendimentos percebidos por pessoas físicas:

XIV – os proventos de aposentadoria ou reforma motivada por acidente em serviço e os percebidos pelos portadores de moléstia profissional, tuberculose ativa, alienação mental, esclerose múltipla, neoplasia maligna, cegueira, hanseníase, paralisia irreversível e incapacitante, cardiopatia grave, doença de Parkinson, espondiloartrose anquilosante, nefropatia grave, hepatopatia grave, estados avançados da doença de Paget (osteíte deformante), contaminação por radiação, síndrome da imunodeficiência adquirida, com base em conclusão da medicina especializada, mesmo que a doença tenha sido contraída depois da aposentadoria ou reforma;

XXI - os valores recebidos a título de pensão quando o beneficiário desse rendimento for portador das doenças relacionadas no inciso XIV deste artigo, exceto as decorrentes de moléstia profissional, com base em conclusão da medicina especializada, mesmo que a doença tenha sido contraída após a concessão da pensão.

Como se vê da redação dos dispositivos há previsão de um elenco de doenças que tem o condão de afastar a exação tributária, dentre as quais, figuram algumas que possuem conceitos abertos e outras que contam com moléstias tidas por semelhantes. Além da previsão de que o intento é o de auxiliar os portadores de doenças graves.

Situação que enseja a discussão acerca da possibilidade de concessão da benesse tributária nas hipóteses em que o aposentado ou o pensionista é portador de doença não elencada no rol, mas que também é tida como grave ou semelhante a uma daquelas previstas na lei. Mas, o Superior Tribunal de Justiça, manifestou posicionamento diverso, fixando a seguinte tese:

## **Tema 250:**

*O conteúdo normativo do art. 6º, XIV, da Lei 7.713/88, com as alterações promovidas pela Lei 11.052/2004, é explícito em conceder o benefício fiscal em favor dos aposentados portadores das seguintes moléstias graves: moléstia profissional, tuberculose ativa, alienação mental, esclerose múltipla, neoplasia maligna, cegueira, hanseníase, paralisia irreversível e incapacitante, cardiopatia grave, doença de Parkinson, espondiloartrose anquilosante, nefropatia grave, hepatopatia grave, estados avançados da doença de Paget (osteíte deformante), contaminação por radiação, síndrome da imunodeficiência adquirida, com base em conclusão da medicina especializada, mesmo que a doença tenha sido contraída depois da aposentadoria ou reforma. Por conseguinte, o rol contido no referido dispositivo legal é taxativo (numerus clausus), vale dizer, restringe a concessão de isenção às situações nele enumeradas.*

Afastando, com isso, a possibilidade de tal extensão, à medida que o artigo 927, inciso III do Código de Processo Civil estabelece que os juízes observarão as decisões proferidas em sede de recurso especial repetitivo.

# Inteligência Artificial Transforma Setores e Desafia Regulamentações: Avanços e Riscos

Por Mário Soria e Israel Zebulon

**Nos últimos dois anos, a inteligência artificial (IA) tem avançado de forma notável, revolucionando processos de trabalho em diversos setores. A IA generativa, em particular, ganhou destaque ao permitir a criação de conteúdo original, como textos, imagens e música, por meio de algoritmos avançados.**

Modelos de linguagem natural, como o GPT-4, demonstraram capacidades impressionantes, impulsionando aplicações em assistentes virtuais, chatbots e ferramentas de tradução. Além disso, a IA tem sido integrada em diversas áreas, como exemplo, saúde, finanças e setor público; aprimorando diagnósticos médicos, análises financeiras e sistemas de análise processual.

Recentemente, empresas chinesas emergiram com soluções extremamente baratas e competitivas em relação aos sistemas dominantes. Por exemplo, a DeepSeek, há um mês, se destacou no mercado por oferecer soluções com um custo de processamento significativamente menor em comparação ao seu principal concorrente – GPT, além de ser open source, o que proporcionará uma aceleração na sua integração a outras ferramentas de mercado. Outra iniciativa é o Qwen 2.5-Max, desenvolvido pela Alibaba, que também se apresenta como uma solução de custo inferior e poder de processamento extremamente competitivo.

No contexto dos RPPS, a IA pode desempenhar um papel fundamental no aprimoramento da gestão previdenciária onde a adoção desta tecnologia otimizará e padronizará processos, garantindo maior eficiência, precisão e segurança nas atividades. Entre as formas de automação que podem ser aplicadas no RPPS, podemos destacar:

**Processamento e análise de dados previdenciários:** que permite reduzir o tempo gasto com verificações manuais, além de melhorar a precisão nos cálculos de benefícios. Com a IA, os sistemas podem realizar auditorias e ajustes automaticamente, o que contribui para um serviço mais ágil. A integração de dados torna-se mais eficiente, aumentando a confiança nas informações processadas.

**Atendimento automatizado:** para esclarecer dúvidas frequentes dos segurados, beneficiários e demais interessados. Isso não só melhora a experiência dos cidadãos, proporcionando respostas rápidas e precisas, mas também diminui a sobrecarga de atendentes humanos. A IA pode ser utilizada para construir chatbots inteligentes que resolvem questões comuns, liberando os servidores dos RPPS para atender a casos mais complexos e estratégicos. A agilidade e eficiência dessa automação são fundamentais para melhorar a qualidade do serviço prestado e otimizar os recursos humanos.



**Mário Soria**  
Diretor de Tecnologia da  
Informação do INSS



**Israel Zebulon**  
Coordenador-Geral de  
Tecnologia, da Informação e  
Segurança do INSS

**Geração automatizada de relatórios:** é uma ferramenta valiosa para aumentar a agilidade na fiscalização e auditoria de benefícios previdenciários. Relatórios dinâmicos, criados automaticamente por sistemas de IA, podem ser utilizados para analisar grandes volumes de dados em tempo real, facilitando a detecção de erros e discrepâncias nas informações. Além disso, poderá ser totalmente automatizada a prestação de informações obrigatórias, como as enviadas ao CADPREV e aos Tribunais de Contas.

Aqui se apresentam apenas três exemplos do potencial proporcionado pela adoção de ferramentas que se baseiam em IA. No entanto, a adoção da IA no ambiente corporativo exige atenção aos riscos envolvidos, como a conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e a dependência excessiva da IA para a tomada de decisões.

É essencial garantir que qualquer uso de IA esteja alinhado com as normas internas de governança. Você já se perguntou onde estão sendo geradas as respostas dos questionamentos feitos ao ChatGPT ou DeepSeek? Será que eles guardam nossas “conversas”? Será que utilizam essas informações para processos distintos e sem o meu conhecimento? Informações estratégicas ou pessoais podem ser tratadas em ferramentas de IA públicas?

Em linha com essas dúvidas, as recomendações do Tribunal de Contas da União (TCU) para o uso responsável de inteligência artificial em órgãos públicos são um bom norteador das práticas a serem seguidas sobre a segurança, transparência e conformidade legal nos processos automatizados.

A supervisão humana constante, a proteção de dados sensíveis e a adoção de soluções tecnológicas seguras são fundamentais para promover a governança e possibilitar a rastreabilidade das ações efetuadas, garantindo que o uso desta tecnologia seja benéfico aos RPPS. A IA tem o potencial de transformar os RPPS, mas não podemos nos descuidar da segurança cibernética e processual, pois é essencial proteger os dados contra vazamentos e usos indevidos.

Por fim, o treinamento contínuo e a capacitação permanente dos servidores públicos que atuarão nesse novo cenário são fundamentais para garantir a eficiência, a transparência e a qualidade das atividades desenvolvidas pelas instituições previdenciárias.

A atualização constante desses profissionais deve estar focada tanto nas normas previdenciárias – constantemente em alteração – quanto nas novas tecnologias.

A adoção da IA não elimina a necessidade do conhecimento; pelo contrário, com o uso intensivo dessas ferramentas, a curadoria humana torna-se essencial para um bom desempenho operacional, ou seja, cada vez mais será exigido um maior conhecimento legal e uma maior atenção aos resultados apresentados pelas ferramentas automatizadas.

Desta forma, estaremos assegurando o cumprimento das normas e atendendo as expectativas sociais, fortalecendo a confiança no sistema previdenciário e promovendo um serviço público mais ágil e eficaz.





# Qual a importância de uma consultoria de investimentos para o RPPS

Por Joane Weinert

***A consultoria de investimentos é essencial para a gestão eficiente de um Regime Próprio de Previdência Social. Com um mercado financeiro complexo e regulamentos rigorosos, contar com especialistas garantem decisões estratégicas e seguras. Além disso, proporciona transparência e proteção à gestão, garantindo a sustentabilidade do fundo previdenciário.***

São inúmeras as atribuições relacionadas a uma pessoa que atua na gestão do RPPS. Assuntos dos mais variados fazem parte do dia a dia dos institutos: investimentos, atuária, contabilidade, concessão de benefícios entre outras áreas de conhecimento.

A legislação referente aos investimentos dos RPPS muda com certa frequência, junto a isso também devem ser acompanhadas todas as regras referentes ao mercado financeiro bem como a própria oscilação do mercado.

O mercado financeiro é altamente complexo e dinâmico, exigindo conhecimento aprofundado para identificar as melhores oportunidades e mitigar riscos.

Diversos fatores influenciam os investimentos, como taxas de juros, inflação, câmbio e cenário político-econômico. Além disso, um RPPS deve seguir uma série de normas condicionais da Secretaria de Regime Próprio e Complementar (SRPC) e do Conselho Monetário Nacional (CMN), o que torna a gestão dos recursos ainda mais desafiadora. Uma consultoria especializada ajuda a interpretar essas normas e construir uma carteira de investimentos segura, diversificada e alinhada ao objetivo.

Uma carteira mal estruturada pode comprometer a rentabilidade e, conseqüentemente, a solvência do RPPS. A consultoria na alocação de ativos auxilia na garantia do equilíbrio entre segurança, liquidez e rentabilidade. Além disso, proporciona maior transparência à gestão, permitindo que os gestores tomem decisões baseadas em análises técnicas.

A consultoria também oferece suporte na escolha de instituições financeiras, na análise de fundos de investimento e na elaboração de relatórios detalhados de desempenho. Esse acompanhamento contínuo permite ajustes estratégicos sempre que necessário.

Desta forma, contar com uma consultoria de investimentos não é apenas uma opção, mas uma necessidade para que um RPPS cumpra sua principal missão: garantir o pagamento futuro dos benefícios previdenciários com segurança, eficiência e sustentabilidade, protegendo os interesses dos segurados.

Para um RPPS, a necessidade de atender normas e manter a solvência a longo prazo torna ainda mais crucial contar com uma consultoria especializada para navegação segura nesse cenário.



**Joane Weinert**  
Criadora do Portal  
Investimentos RPPS

# # JUNTOS SOMOS MAIS FORTES

## Master



## Diamante



## Platinun



## Ouro



## Apoio Institucional





# RPPS 2025

## O QUE FAZER?



# O papel da tecnologia na qualidade de vida dos servidores públicos

Por Marcelo Rosa

***A tecnologia tem desempenhado um papel fundamental na transformação da sociedade moderna, impactando diretamente a qualidade de vida das pessoas em diversos aspectos. No contexto do serviço público, a tecnologia tem sido uma ferramenta essencial para melhorar a eficiência, a produtividade e a satisfação dos servidores. Uma das principais formas pelas quais a tecnologia tem impactado a qualidade de vida dos servidores públicos é através da automação de processos.***

Com o uso de sistemas e softwares especializados, muitas tarefas repetitivas e burocráticas foram automatizadas, liberando os servidores para se dedicarem a atividades mais estratégicas e criativas. Isso não só aumenta a eficiência no trabalho, mas também reduz o estresse e a sobrecarga de trabalho, contribuindo para uma melhor qualidade de vida no ambiente de trabalho.

Além disso, a tecnologia tem facilitado a comunicação e a colaboração entre os servidores, possibilitando o trabalho em equipe de forma mais eficiente e integrada. Ferramentas como e-mails, mensagens instantâneas e plataformas de colaboração online tornaram a comunicação mais ágil e eficaz, promovendo um ambiente de trabalho mais colaborativo e engajado.

Outro aspecto importante do impacto da tecnologia na qualidade de vida do servidor público é a flexibilidade no trabalho. Com a possibilidade de trabalhar remotamente, os servidores têm mais liberdade para conciliar a vida pessoal e profissional, reduzindo o tempo gasto em deslocamentos e aumentando a sua qualidade de vida.

Além disso, a tecnologia também tem permitido a implementação de horários mais flexíveis, adaptados às necessidades individuais dos servidores.

Por fim, a tecnologia tem contribuído para a melhoria dos serviços prestados à população, impactando positivamente a satisfação dos servidores públicos.

Com sistemas mais eficientes e integrados, os servidores conseguem atender de forma mais ágil e eficaz as demandas da sociedade, proporcionando um maior senso de realização e propósito no trabalho.

A tecnologia tem tido um impacto significativo na qualidade de vida dos servidores públicos, promovendo a eficiência, a colaboração, a flexibilidade e a satisfação no trabalho.

É fundamental que as organizações públicas continuem investindo em tecnologia e inovação para garantir um ambiente de trabalho mais saudável e produtivo para os seus servidores.





# Déficit Financeiro e Atuarial nos RPPS: Caminhos para o Equilíbrio

Por Samanta Zaniquelli

***O equilíbrio financeiro e atuarial dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) é um desafio constante para os entes federativos. Além da necessidade de garantir o pagamento de aposentadorias e pensões, é imperativo que os regimes sejam sustentáveis, alinhados às normas vigentes e sensíveis às limitações econômicas dos municípios e estados. Neste contexto, práticas como planos de custeio, segregação de massa e monetização de ativos emergem como ferramentas para enfrentar déficits financeiros e atuariais.***

Os planos de custeio, baseados em aportes ou ajustes nas alíquotas de contribuição, são instrumentos centrais no planejamento previdenciário. No entanto, para os entes federativos, especialmente municípios com capacidade fiscal limitada, esses planos podem representar um ônus significativo. A elevação das alíquotas de contribuição, ainda que necessária em certos casos, deve ser ponderada para evitar sobrecargas excessivas aos servidores e à administração pública. Paralelamente, os aportes suplementares exigem comprometimento orçamentário, o que frequentemente implica em desvios de recursos de outras áreas prioritárias.

A segregação de massa, outra estratégia amplamente utilizada, consiste em separar os segurados em grupos distintos, geralmente um previdenciário (capitalizado) e outro financeiro (repartição). Embora essa prática traga benefícios imediatos, como maior controle das obrigações previdenciárias, seus impactos negativos no longo prazo não podem ser ignorados. Ela cria sistemas dependentes de aportes constantes para o grupo de repartição, gerando uma pressão crescente sobre os cofres públicos. Além disso, a segregação dificulta a gestão unificada dos recursos, afetando a sustentabilidade e a coesão do RPPS e do próprio ente federativo.

Frente a esses desafios, alternativas mais modernas e integradas ganham espaço, como a monetização de bens, ativos e direitos. Essa prática se baseia na utilização de ativos municipais, como imóveis, créditos da dívida ativa, royalties e outros recebíveis, para transformar em recursos financeiros. A monetização apresenta soluções em três níveis de alcance: curto, médio e longo prazo. A curto prazo, pode aliviar pressões financeiras imediatas por meio da alienação ou securitização de ativos já disponíveis. A médio prazo, pode estimular o desenvolvimento local, como investimentos em infraestrutura e revitalização de áreas urbanas.

Por fim, no longo prazo, a monetização bem planejada gera receitas recorrentes que podem ser reinvestidas em melhorias estruturais no fortalecimento regional.

Conforme a Lei Complementar nº 208/2024, no artigo 39-A, os RPPS têm direito a 50% do valor arrecadado em operações de securitização realizadas pelos entes federativos. Essa legislação abre uma oportunidade valiosa para que os regimes obtenham recursos adicionais, respeitando os princípios da responsabilidade fiscal e contribuindo tanto para o equacionamento de déficits quanto para investimentos estratégicos. Além disso, a Portaria MTP nº 1.467/22 reforça o embasamento técnico para que bens, direitos e ativos sejam aportados aos RPPS, assegurando um processo transparente e alinhado aos objetivos da administração pública.

A implementação dessas estratégias, no entanto, exige planejamento e rigor técnico. O processo de monetização deve ser precedido de estudos de viabilidade que identifiquem os ativos mais adequados, avaliem o potencial de retorno e considerem as implicações para a gestão pública. É essencial que as administrações municipais e estaduais enxerguem essas medidas como parte de um conjunto integrado, combinando ajustes estruturais, modernização da gestão previdenciária e uso inovador dos recursos disponíveis.

Em resumo, o equilíbrio financeiro e atuarial dos RPPS demanda uma abordagem multifacetada que contemple tanto soluções tradicionais quanto alternativas inovadoras. O planejamento previdenciário deve ir além das medidas isoladas, integrando práticas como monetização, planos de custeio equilibrados e gestão eficiente dos ativos. Com isso, será possível não apenas garantir a sustentabilidade dos regimes previdenciários, mas também promover o desenvolvimento econômico e social dos entes federativos.

# Perspectivas de Investimentos para 2025

Por Cristiano Picollo

**No final do ano, os investidores institucionais planejam suas estratégias para 2025. Assim, vamos colocar aqui nossas perspectivas futuras, não necessariamente apenas para o ano que vem. Antes de olharmos para o futuro, vale uma breve retrospectiva de 2024. Este ano foi marcado pela segunda fase da batalha mundial contra a inflação, que começou em 2021.**

A alta de juros global, especialmente intensa nos EUA devido à maior inflação em 40 anos, levou a quedas significativas em títulos de renda fixa e ações (maior queda anual desde 1937, quando medido pelo portfólio 60/40). No Brasil, enfrentamos a maior queda em títulos prefixados em 24 anos. Além disso, 2024 teve um número recorde de eleições relevantes, tornando-o especialmente desafiador para os investidores.

Para 2025, globalmente, esperamos novos capítulos na disputa comercial entre EUA e China, que, entre outras medidas sinalizadas pelo novo presidente eleito, Donald Trump, podem fortalecer o dólar em relação a outras moedas. A maioria dos países deve continuar cortando juros, o que favorece títulos de renda fixa e ações, desde que não ocorram recessões. No entanto, as ações de tecnologia nos EUA estão supervalorizadas, ao contrário de outros setores. Portanto, a seletividade será crucial.

A desregulamentação e impostos menores para empresas nos EUA, além da importância da diversificação, seguem relevantes à alocação como um todo. No Brasil, o desafio fiscal e a inflação colocam o país em uma posição única, oferecendo boas oportunidades de investimento. No entanto, a incerteza e possíveis aumentos na Selic exigem cautela no curto prazo. Assim, o CDI será um grande aliado enquanto se estuda o cenário para buscar oportunidades, dado que atualmente enxerga-se uma taxa de juros real de IPCA + 8% na taxa para 1 ano aproximadamente.

No mercado de crédito, os prêmios de risco estão baixos, destacando a importância da análise criteriosa do risco de crédito.

Produtos estruturados podem oferecer bons retornos, desde que bem analisados.

Na renda variável, as ações estão com grandes descontos, assim como os títulos atrelados à inflação, com retornos projetados de até 13% a.a. A baixa alocação dos investidores também contribui para um cenário favorável, apesar da falta de gatilhos de valorização no curto prazo e da incerteza fiscal.

Como conclusão, acreditamos que o cenário para 2025 é repleto de oportunidades, tanto no espectro de opções, como no espectro de horizontes de investimento, pois os fatores mais determinantes para precificação dos ativos podem se alterar significativamente ao longo do ano. Desta forma, entendemos que a diversificação e o espaço para a gestão ativa têm poder amplificado em um ambiente com estas características.



## 5 passos para encontrar a sua consultoria

Por Gustavo Leite

**Escolher uma boa parceria não é fácil em nenhuma circunstância. Quando os critérios dessa escolha envolvem, necessariamente, confiança e conhecimento técnico, o desafio fica ainda mais difícil. À propósito, antes de avançar para o nosso exercício, exclua qualquer opção que não atenda aos critérios de confiança e conhecimento técnico, pois estes são inegociáveis quando se trata deste assunto que seguirá.**

Para ajudar você e sua equipe a decidirem com mais segurança, criamos um checklist simples e poderoso, com cinco passos fundamentais para contratar a melhor consultoria de investimentos:

### Avalie a Credibilidade e Experiência

O primeiro passo é analisar o histórico e a reputação da consultoria, com uma verificação minuciosa em fontes oficiais, como a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), e em veículos de comunicação confiáveis.

Priorize consultorias com experiência comprovada no atendimento a RPPS, pois essas empresas estão mais preparadas para lidar com as especificidades e regulações do setor. Interaja com clientes atuais da consultoria para obter informações sobre a qualidade dos resultados, a agilidade no atendimento e o comprometimento com a prestação de serviços.

### Analise a Qualificação Técnica da Equipe

Avalie qualidade e quantidade. O serviço que você procura é muito específico e requer conhecimentos complementares nas resoluções dos problemas, portanto, uma equipe ampla e complementar pode gerar mais valor para seu RPPS. Além de ampla e complementar, a consultoria deve contar com profissionais (de preferência todos) com formações e certificações adequadas para essa dura missão de fazer parte do processo de investimentos da sua previdência.

### Exija tecnologia de ponta

Hoje, tecnologia é sinônimo de eficiência! Consultorias que investem em soluções avançadas – como Inteligência Artificial e ferramentas automatizadas – garantem operações ágeis e decisões precisas.

Essa é a forma de evitar riscos e cuidar com mais inteligência dos recursos do seu RPPS. Quando a tecnologia é priorizada, sua previdência ganha mais proteção e controle.

### Verifique o Alinhamento com os Objetivos do RPPS

Seu RPPS é único. Por isso, a consultoria escolhida precisa entender e respeitar o perfil de risco, singularidade da equipe e as metas do seu fundo. Procure parceiros dispostos a se ajustar às suas necessidades, e não o contrário! Uma boa consultoria se adapta aos objetivos e realidades do seu regime, criando soluções que fazem sentido para o seu contexto.

### Entenda a Política de Custos, Preços e Valores

Uma forma simples de entender este tópico é perguntar a si e à consultoria “como a empresa ganha e como gasta o dinheiro?”. Dentre outras descobertas, você conseguirá projetar se, assim como no seu RPPS, a consultoria trata de si como um organismo sustentável.

### Checklist concluído?

Agora, você e sua equipe têm o caminho traçado para escolher a melhor parceira para o seu RPPS. Com esses cinco passos, é possível encontrar uma consultoria que inspire confiança e segurança, preparada para estar ao seu lado nos desafios e nas vitórias.

Não existe uma única resposta certa, mas a consultoria ideal está à sua espera no mercado – e cabe a você escolher aquela que vai estar à altura do seu futuro.

# Cenário Econômico: Nacional e Internacional

***No cenário internacional, o destaque foi a nova desaceleração da inflação nos Estados Unidos, que caminha lentamente para a meta de 2%. Essa desinflação ocorre mesmo com o mercado de trabalho aquecido. O leve aumento do desemprego se deve a maior oferta de trabalhado, impulsionada pela imigração. O Fed manteve cautela, prevendo reduções graduais na taxa de juros em 2025 de no máximo 50bps. Essa prudência decorre do receio de que medidas defendidas por Trump, como tarifas e deportações, possam impactar a inflação, em um ambiente onde a economia segue crescendo acima do potencial devido aos estímulos fiscais.***

No Brasil, a economia também segue acima do potencial, mas enfrenta desafios significantes. As elevadas taxas de juros reais encarecem o crédito, desestimulam investimentos e pressionam empresas endividadas. Além disso, criam incertezas para investidores e elevam o custo de financiamento do governo, aumentando o risco fiscal.

A atividade tem sido impulsionada pelo aumento do gasto público, que entre junho/2023 e junho/2024 acelerou de 18% para 20.4% do PIB. Essa alta veio da antecipação de precatórios e a ampliação de programas sociais, gerando um descompasso entre a política fiscal e monetária. O pacote fiscal aprovado recentemente eleva a credibilidade de que o limite de despesas será respeitado, mas não corta gastos, exigindo maior esforço monetário para trazer a inflação para a meta, como sinalizou o novo presidente do Banco Central.

A inflação corrente preocupa, principalmente após a recente desvalorização do Real, que pode pressionar a inflação de alimentos e bens industriais. O fluxo cambial tem sido um fator crucial, com saídas expressivas de capitais intensificando a desvalorização ao longo de dezembro. O Banco Central fez fortes intervenções para evitar disfuncionalidades. Acreditamos que o fim do sazonal negativo de dezembro e a entrada de divisas com a safra no início de 2025 trará maior equilíbrio para o fluxo cambial.

A balança comercial perdeu força em 2024, mas a perspectiva é positiva para 2025. Teremos novo avanço da produção e exportação de petróleo, enquanto as projeções indicam nova safra recorde de grãos, que pode gerar um choque de oferta

favorável e aliviar a inflação que deve atingir seu pico no início do segundo trimestre de 2025.

No mercado financeiro, a combinação de juros elevados e incertezas fiscais prejudica os investimentos e a bolsa de valores. Embora as ações estejam baratas em termos históricos, a falta de perspectivas para uma redução sustentável dos juros desestimula os investidores. Além disso, o crescimento do PIB deve desacelerar significativamente em 2025, tornando o cenário ainda mais desafiador.

As previsões para 2025 indicam uma inflação em torno de 4.9%, com possíveis reduções no segundo semestre caso a política monetária produza os efeitos esperados. A taxa de juros pode atingir um pico de 14.25% no primeiro trimestre, mantendo-se elevada ao longo do ano, com cortes prováveis apenas na segunda metade de 2025. A bolsa deve enfrentar dificuldades devido aos custos elevados de financiamento e à incerteza fiscal, mas setores como o agronegócio podem se beneficiar do cenário externo favorável. No câmbio, o Real pode permanecer sob pressão no curto prazo, mas há perspectivas de recuperação com a entrada de divisas da safra e o retorno sazonal de capitais estrangeiros no início do ano.

O principal desafio para o Brasil será o alinhamento das políticas fiscal e monetária para evitar riscos de longo prazo e criar condições para um crescimento sustentável. O primeiro semestre de 2025 deve ser marcado por dificuldades, com expectativa de melhora apenas na segunda metade do ano, caso haja um ajuste adequado das políticas econômicas e maior estabilidade cambial.

# 2025 tende a ser um de juros elevados e crescimento moderado

Por Marianna Costa

**O Brasil atravessa um cenário econômico desafiador, impulsionado por um câmbio desvalorizado, inflação persistente e crescimento acima do potencial, o que exige uma política monetária mais restritiva. O Banco Central tem adotado uma postura conservadora, elevando a Selic para conter a alta dos preços, com projeções indicando que a taxa pode chegar a 15% ao ano até o segundo trimestre.**

O ano de 2025 deve ser marcado por taxas de juros básicas elevadas no Brasil. A política monetária restritiva será mantida para conter o atual processo inflacionário. As expectativas de inflação para o horizonte de tempo relevante para o Banco Central, tem apresentado recorrente piora e se encontram acima do teto da meta perseguida. A taxa Selic, que já foi elevada em 2024, pode permanecer alta por mais tempo devido a um processo inflacionário que mostra resistência muito forte dos preços, principalmente dos preços dos serviços, que refletem uma economia crescendo em ritmo acima do seu potencial.

Além disso, a questão fiscal continua sendo um ponto de grande atenção. O aumento dos gastos públicos e a falta de medidas mais efetivas para conter o déficit em prazos mais longos ampliam as incertezas sobre a sustentabilidade da dívida. O recente pacote fiscal não conseguiu atender plenamente às expectativas do mercado, levantando dúvidas sobre sua capacidade de equilibrar as contas públicas.

É importante notar que apesar das dificuldades, a economia brasileira demonstra resiliência, tendo crescido em 2024 ao redor de 3,5%. Porém, também é importante notar que com juros elevados, o consumo e os investimentos tendem a desacelerar, impactando negativamente o PIB em 2025, que deve crescer um pouco menos que 2,0%.

Em 2025 o cenário é de desaceleração econômica, impactando diversos setores. A atividade industrial deverá continuar sua trajetória de queda, refletindo desafios estruturais e a necessidade de adaptação às novas demandas do mercado. O varejo, enfrentará dificuldades devido à redução do consumo das famílias, influenciado por fatores como juros elevados e incertezas econômicas.

Já o setor de serviços, mesmo se mostrado resiliente, espera-se que sua expansão seja mais moderada em 2025, acompanhando a desaceleração geral da economia. O consumo das famílias e o investimento terão contribuições positivas para o crescimento, enquanto o setor externo apresentará desafios adicionais. Este quadro sinaliza que embora alguns setores possam apresentar crescimento, a economia brasileira enfrentará desafios significativos em 2025, exigindo políticas eficazes para mitigar os impactos negativos e promover a estabilidade econômica.

Apesar do ano de 2025 ser caracterizado por taxas de juros elevadas, a desaceleração da atividade econômica com esperado impacto para baixo no processo de inflação, deve abrir espaço para se vislumbrar o processo de afrouxo monetário que deve acontecer a partir de 2026 a medida que as expectativas de inflação deixem de estar desancoradas.

Os preços dos ativos financeiros, principalmente do mercado de juros, tendem a ter momentos diferentes ao longo do ano. A primeira metade do ano será marcada pelo fim do processo de aperto monetário, com os juros ainda sendo elevados. A partir da segunda metade do ano terá estabilidade da taxa básica de juros e um ajuste das taxas de juros futuras frente a proximidade do próximo ciclo de afrouxamento monetário.

2025 será um ano desafiador para o Brasil, que enfrentará questões de curto prazo como a desaceleração da atividade econômica, mas para garantir a estabilidade econômica no médio e longo prazo, o país precisará de ajustes consistentes na política fiscal e monetária, além de reformas estruturais que impulsionem o crescimento sustentável.



**RPPS 2025**

**O QUE FAZER?**

